



MPF denuncia Incra como responsável por parte do desmatamento na Amazônia

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia na Justiça Federal contra o Incra por considerá-lo responsável por um terço do desmatamento da Amazônia. As Ações Cíveis Públicas foram ajuizadas em seis estados por desmatamento ilegal em assentamentos da reforma agrária. Entre outros pedidos, os procuradores reclamam o fim imediato das derrubadas.

Eles ingressaram com as ações nesta semana nos estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Mato Grosso. Segundo o MPF, em 2004, o corte ilegal nessas áreas representava 18% de todo o desmatamento do bioma, e em 2010 o percentual saltou para 31,1%.

“Os procedimentos irregulares adotados pelo Incra na criação e instalação dos assentamentos vêm promovendo a destruição da fauna, flora, dos recursos hídricos e do patrimônio genético, provocando danos irreversíveis ao bioma da Amazônia”, diz texto comum às ações.

Além do fim imediato das derrubadas em áreas de reforma agrária, os procuradores pedem a proibição de novos assentamentos sem licença ambiental e a exigência desse licenciamento para as áreas já criadas.

O MPF também exige a averbação de reserva legal (percentual mínimo de vegetação nativa que deve ser mantido em uma propriedade rural, que na Amazônia é 80%) e a recuperação de áreas degradadas em prazos que vão de 90 dias a um ano.

No acumulado até 2010, segundo dados do MPF, os 2.163 assentamentos do Incra na Amazônia foram responsáveis pela derrubada de 133,6 mil quilômetros quadrados de floresta, área equivalente a 100 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

“No total, de 2.160 projetos válidos, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais detectou que 1.511 encontram-se com mais de 20% de sua área desmatada, o que corresponde a 70% dos Projetos de Assentamento”, dizem as ações judiciais.

Segundo o MPF, em mais da metade dos casos, a área desmatada já supera 50% do território total do assentamento, e os danos ambientais chegam a R\$ 38,5 bilhões.

A investigação do MPF foi comandada por procuradores ligados ao Grupo de Trabalho da Amazônia Legal. O levantamento considerou informações produzidas pelo Inpe, pelo Ibama e pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ONG que monitora o desmatamento em paralelo ao governo.

Em 2008, uma lista do Ministério do Meio Ambiente já apontava o Incra no topo da lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia. As seis primeiras posições da lista eram assentamentos da reforma agrária, todos em Mato Grosso. Na ocasião, o Incra argumentou que as informações utilizadas pelo Ibama eram antigas e imprecisas. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

07/07/2012